



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

14 JANEIRO 2016

NOTA À IMPRENSA

“Candidatos Presidenciais juram fidelidade à Constituição”

A Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima (ASPPM) reuniu, hoje, em audiência com o candidato presidencial, Dr. Paulo Morais.

No que releva da reunião, resultou o compromisso do candidato, investido no cargo de Presidente da República, de lançar mão dos poderes presidenciais com vista a corrigir as disfunções orgânicas da Polícia Marítima; requerendo ao competente Tribunal Constitucional, a fiscalização abstrata da constitucionalidade das normas relativas à organização da mesma Polícia e ao exercício da autoridade do Estado no mar.

A ASPPM relembra as diversas queixas apresentadas junto dos diversos órgãos com competência constitucional para requerer a fiscalização abstrata da constitucionalidade, e que, até ao momento, não se conhece qualquer iniciativa conducente a confirmar, ou a afastar o fundamento das queixas.

A ASPPM recorda que foi dado conhecimento atempado a S. Exa. o Presidente da República, acerca das alterações introduzidas ao Estatuto do Pessoal e quadro organizacional da Polícia Marítima, pelo Decreto-Lei nº 235/2012, e pedindo que suscitasse a necessária fiscalização preventiva. Tal solicitação, também, não foi considerada.

Não será demais relembrar as palavras de um ex-Chefe de Estado-maior de um ramo militar, sobre o quadro legal do exercício da autoridade do Estado no mar, ao afirmar que *“a Lei não interessa aqui. Vários Presidentes da República e Governos conviveram com ela nestes anos, e não suscitaram dúvidas.”*.

A ASPPM nota que, ao longo da campanha eleitoral em curso, foram feitas incontáveis juras de fidelidade à Constituição pelo que aguarda uma merecida tomada de posição sobre a perspetiva constitucional dos demais candidatos presidenciais, disponibilizando-se para prestar os mesmos pertinentes e oportunos esclarecimentos.

A Direção Nacional